

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A República da Porta Lateral

Publicado em 2026-07-25 20:15:00



A República da Porta Lateral

Uma sociedade aberta não pode impedir que as pessoas tenham segredos. Pode e deve impedir que esses segredos governem.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

recorreram aos tribunais comuns para contestar uma decisão maçónica. O episódio não demonstra uma conspiração universal, mas ilumina uma questão democrática essencial: até onde podem ir as lealdades privadas quando os seus membros exercem poder público?

Uma sociedade aberta deveria funcionar como uma casa com janelas largas: quem governa é visto, quem decide explica-se, quem favorece alguém deixa rasto e quem exerce poder aceita que lhe perguntem porquê.

Em Portugal, porém, há demasiadas decisões que parecem entrar pela porta da frente já completamente cozinhadas numa sala dos fundos.

O cidadão assiste ao anúncio. Outros terão assistido à escolha.

O cidadão conhece o nomeado. Outros conhecem quem o recomendou.

O cidadão vê o contrato publicado. Outros talvez tenham estado presentes quando se decidiu quem reunia

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

alimenta a desconfiança democrática.

Não é necessário imaginar uma conspiração universal, um conselho subterrâneo ou uma dúzia de homens encapuçados a controlar o País a partir de uma cave iluminada por velas. A realidade portuguesa costuma ser menos cinematográfica e bastante mais banal: antigos colegas, amigos de longa data, companheiros de partido, parceiros de negócios, membros da mesma associação, da mesma irmandade, da mesma loja ou do mesmo círculo onde todos se tratam pelo primeiro nome e ninguém precisa de preencher formulário.

O poder secreto raramente precisa de dar ordens.

Basta-lhe sugerir.

Basta um telefonema discreto.

Basta uma recomendação dita com o tom certo.

“Conheço uma pessoa de confiança.”

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

estatisticamente comovente, acaba escolhida entre muitos candidatos.

A competência, essa criatura tímida e pouco relacionada, continua à espera na recepção.

A democracia das duas salas

Existe a sala pública.

Nela discutem-se programas, leis, regulamentos, concursos e critérios de selecção. Há discursos solenes, declarações de transparência e abundantes referências ao mérito. Tudo é formal, respeitável e escrito em português administrativo, essa língua concebida para permitir que vinte páginas expliquem rigorosamente coisa nenhuma.

Depois existe a outra sala.

Nessa não há actas. Não há transmissões televisivas. Não há perguntas parlamentares. Não há jornalistas.

Há relações. Há fidelidades. Há memórias de favores antigos.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É nessa segunda sala que a democracia pode começar a perder substância sem perder a aparência.

As instituições continuam abertas, os tribunais funcionam, o Parlamento reúne, os governos governam e os cidadãos votam. Mas, sob a superfície, podem existir redes informais que condicionam nomeações, protegem carreiras, facilitam negócios e distribuem influência.

A lei ocupa o palco. A lealdade privada trabalha nos bastidores.

O problema não é o ritual

Numa sociedade livre, cada pessoa deve poder associar-se, reunir-se, cultivar símbolos, tradições e convicções filosóficas. A liberdade de associação inclui necessariamente o direito de formar organizações que não transmitam as suas reuniões em directo nem publiquem fotografias do jantar anual.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O problema começa quando uma associação reservada cruza o seu dever interno de solidariedade com o exercício de funções públicas.

Um magistrado não pode dever lealdade superior a um irmão.

Um governante não pode escolher entre o interesse público e uma fraternidade privada.

Um responsável policial não pode investigar alguém condicionado por vínculos que os cidadãos desconhecem.

Um administrador público não pode participar numa decisão que beneficie pessoas ligadas à sua rede de pertença sem declarar essa ligação.

O QUE DEVE SER RETIDO

- A liberdade de associação deve ser protegida.
- O exercício do poder público exige imparcialidade e transparência verificáveis.
- Uma pertença privada torna-se relevante quando cria um conflito de interesses real, potencial ou aparente.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A questão não é perseguir organizações. É proteger instituições.

Quem exerce poder em nome de todos não pode manter escondidas relações susceptíveis de influenciar esse poder.

A vida privada merece protecção. O conflito de interesses, não.

A transparência que só se aplica aos outros

Os poderes secretos prosperam porque dominam uma arte antiga: exigir transparência às instituições sem aceitar transparência sobre si próprios.

Pedem confiança.

Recusam escrutínio.

Invocam honra.

Evitam declarações.

Defendem a legalidade.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É uma posição confortável: a sociedade deve confiar na integridade dos membros, embora não possa saber quem são, que compromissos assumiram ou em que decisões participaram.

É como pedir ao passageiro que confie no piloto, proibindo-o de saber se o piloto está no avião.

As democracias não vivem apenas da honestidade real dos seus dirigentes. Vivem também da possibilidade de verificar essa honestidade.

Não basta ser imparcial. É necessário que a imparcialidade possa ser demonstrada.

Não basta não favorecer. É necessário que existam mecanismos capazes de detectar o favorecimento.

Não basta proclamar independência. É necessário declarar relações susceptíveis de a comprometer.

Sem isso, a confiança pública transforma-se num acto de fé. E a democracia, ao contrário das religiões e das sociedades iniciáticas, não deveria exigir iniciação.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O poder formal tem rosto. Pode ser interrogado, criticado, substituído ou derrotado em eleições.

O poder informal não.

Quando uma decisão corre mal, ninguém sabe onde começou.

Quando surge uma nomeação inexplicável, todos encontram uma explicação administrativa.

Quando um concurso parece desenhado à medida, garante-se que foram respeitados todos os procedimentos.

Quando alguém aparece sucessivamente nos lugares certos, conclui-se que a pessoa possui uma invulgar vocação para ser descoberta.

O poder secreto é poderoso precisamente porque não assume a responsabilidade pelas consequências da sua influência.

Não governa, aconselha.

Não escolhe, recomenda.

Não pressiona, manifesta preocupação.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É a forma mais elegante de mandar: fazer com que a decisão pareça ter ocorrido sozinha.

Uma República sem irmãos preferenciais

Uma democracia madura não precisa de proibir associações reservadas.

Precisa de estabelecer limites claros entre a liberdade privada e a responsabilidade pública.

Titulares de cargos políticos, magistrados, altos dirigentes, responsáveis policiais, militares, membros de serviços de informações e administradores de entidades públicas devem declarar pertenças associativas relevantes sempre que possam originar conflitos de interesses.

Não se trata de publicar listas para alimentar perseguições.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

intervêm numa nomeação, num contrato, numa investigação ou numa decisão judicial, essa relação deve ser conhecida pelas entidades competentes.

A transparência não é uma punição.

É uma medida de higiene democrática.

Tal como ninguém considera ofensivo obrigar um cirurgião a lavar as mãos, também não deveria ser considerado persecutório exigir que quem exerce poder declare as relações capazes de contaminar uma decisão.

Mas em Portugal há sempre quem considere a transparência uma falta de educação.

Perguntar é hostil. Investigar é exagerado. Declarar interesses é humilhante. Explicar uma decisão é populismo.

E assim se vai mantendo a paz respeitável dos corredores, onde todos sabem qualquer coisa, ninguém sabe oficialmente nada e o cidadão continua a ser tratado como aquela criança da família a quem se diz que os adultos estão apenas a conversar.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Certas relações precisam de discrição. Talvez.

Mas discrição não pode significar impunidade.

Reserva não pode significar influência escondida.

Fraternidade não pode significar favorecimento.

Lealdade privada não pode sobrepor-se ao dever público.

Uma democracia não se torna mais livre por ignorar os poderes que actuam dentro dela. Torna-se apenas mais ingénua.

E as democracias ingénuas envelhecem mal.

Começam por tolerar pequenos círculos de influência. Depois habituam-se às nomeações incompreensíveis. Mais tarde aceitam os conflitos de interesses como inevitáveis. Por fim, passam a considerar normal que os cidadãos conheçam apenas a fachada das instituições, enquanto as decisões importantes circulam por corredores privados.

Nesse momento, ainda haverá eleições.

Ainda haverá parlamentos.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

lateral, discreta, por onde entram diariamente os que conhecem a senha.

Uma sociedade aberta não pode impedir que as pessoas tenham segredos. Pode e deve impedir que esses segredos governem.

Porque o poder legítimo não teme a luz.

E quando alguém exerce influência pública apenas na escuridão, a pergunta não deve ser quem acendeu a luz.

A pergunta deve ser por que razão estavam todos tão confortáveis com ela apagada.

Nota Editorial

Esta crónica é um texto de opinião sobre os riscos democráticos criados por redes informais, pertenças reservadas e lealdades privadas quando

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A liberdade de associação deve ser integralmente respeitada, mas não elimina os deveres de declaração, impedimento e prestação de contas perante conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes. A Lei n.º 58/2021 tornou obrigatória, para os titulares abrangidos, a declaração de filiação, participação ou exercício de funções em entidades de natureza associativa, preservando os dados constitucionalmente protegidos.

O litígio iniciado por cinco membros expulsos do Grande Oriente Lusitano, primeiro levado ao Juízo Local Cível de Lisboa e entretanto apreciado pelos tribunais superiores, serve aqui como ponto de partida para discutir a fronteira entre autonomia associativa, justiça do Estado e transparência democrática. A luz pública não deve perseguir convicções; deve iluminar relações relevantes para o exercício do poder.

A crítica dirige-se, portanto, à opacidade dos mecanismos de influência, não à liberdade individual de associação. Numa República adulta, ninguém deve ser perseguido pelas suas pertenças;



Referências credíveis

- Sábado — “Maçons ganham processo na justiça ‘profana’”, 21 de Julho de 2026
- Visão — “Inédito: Maçons contestam expulsão do Grande Oriente Lusitano num tribunal ‘profano’”, 13 de Junho de 2024
- Diário da República — Lei n.º 58/2021, de 18 de Agosto
- Diário da República — Lei n.º 52/2019, regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos
- GRECO, Conselho da Europa — Avaliação do cumprimento das recomendações dirigidas a Portugal, 30 de Julho de 2025
- Transparência Internacional Portugal — “Mozart e os desafinados”

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

TC-CHRONIC-NEWS



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)